

Cosmopolitizando memórias coloniais na Alemanha

Thomas Thiemeyer¹

Em março de 2013, um grupo de historiadores invadiu o Museu Histórico Alemão (*Deutsches Historisches Museum*, ou DHM) em Berlim. Os membros do grupo “Colonialismo na Caixa?” (*Kolonialismus im Kasten?*) repensaram aquelas partes da exposição permanente que abordavam ou, de acordo com eles, deveriam ter abordado, o passado colonial da Alemanha. Inicialmente, eles organizaram visitas alternativas ao museu. Depois, forneceram um aplicativo com o qual os visitantes podiam acessar textos alternativos sobre as obras de arte do DHM. Esses textos lembravam alguns eventos aos visitantes, como a série de testes que o médico Robert Koch realizou em africanos, ou os sensacionalistas zoológicos etnográficos (*Völkerschauen*) das exposições universais dos anos 1900².

Esta campanha de guerrilha no DHM exemplifica o mais novo ponto de virada na cultura da memória alemã, tendo como seu lugar, tema e campo de batalha: Berlim, o (pós) colonialismo e o museu. Após a virada do milênio, uma dinâmica pós-colonial lentamente começou a aparecer na esfera pública e se tornou altamente conspícua hoje em dia. A história colonial da Alemanha – um tema que por muito tempo interessou apenas a alguns especialistas – parece pronta para ser consumida pelas massas. Argumentarei

1 Este artigo foi publicado pela primeira vez em *Critical Inquiry* 45/4 (2019), p. 967-990. Ele representa o debate neste momento e foi apenas ligeiramente modificado para esta publicação. Este artigo foi produzido no contexto do projeto de pesquisa “Patrimônio Desconfortável” (*Discomforting Heritage*, em inglês), financiado pela Iniciativa de Excelência da Universidade de Tübingen. Gostaria de agradecer a Jan Hinrichsen, Monique Scheer, Gabriele Alex e Ines de Castro pelas críticas produtivas e comentários úteis. A tradução para o inglês foi feita com a ajuda de Diana Madden, Margaret Haverty e Jan Hinrichsen. Salvo indicação em contrário, todas as citações alemãs são traduzidas por Madden e Haverty. A tradução para o português contou com apoio financeiro da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

2 Veja “Kolonialismus im Kasten?” <www.kolonialismusimkasten.de>.

que essa mudança é representativa de uma nova cultura da memória alemã, que identifico como cosmopolita de acordo com o conceito de Daniel Levy e Natan Sznajder³. Ao mesmo tempo, o caso de Berlim parece ser representativo de debates semelhantes em museus etnológicos europeus em geral.

Os dias em que os colonizadores alemães invadiram o sudoeste da África e anexaram a ela o prefixo *Alemão* já se foram há muito tempo. A busca da Alemanha por “um lugar ao sol” teve sucesso em relativamente poucas regiões, e não durou muito – trinta e sete anos, se considerarmos a fundação da Sociedade Colonial Alemã, em 1882, em Frankfurt, como data de início, e o Tratado de Versalhes, em 1919, como data de término⁴. Além disso, o colonialismo mobilizou a população em geral, ou mesmo a classe política ou a aristocracia, com menos sucesso do que na França ou na Grã-Bretanha. Otto von Bismarck, por exemplo, em cujo julgamento político os alemães até hoje confiam muito mais do que no do fraco Kaiser *Willi Zwo* (Willi Segundo), não tinha nenhuma simpatia pelos anseios coloniais imperiais. Por que, então, a carnificina imperialmente sancionada de seu passado distante está preocupando o público alemão neste exato momento da história? Por que agora? Esta é a questão central que move meu argumento. Quatro razões me parecem significativas. Em primeiro lugar, a autoconcepção da Alemanha em transformar-se num país de imigração. Em segundo, os debates amplamente divulgados em torno do Fórum Humboldt de Berlim. Além disso, a mudança do lugar do Holocausto dentro da cultura da memória alemã. Por fim, os debates internacionais sobre os direitos de propriedade do patrimônio cultural em contextos de injustiça, ou seja, arte obtida pelos nazistas em pilhagens, e sobre coleções do período colonial.

3 No trabalho de Levy e Sznajder, essa ideia se refere à memória do Holocausto; cf. Levy e Sznajder (2006).

4 A questão de quais datas atribuir ao período colonial é objeto de debate. Recomendamos, sobre o tema do colonialismo alemão, entre outros, Zantop (1997) e Ames *et al.*, (2005).

A história colonial é sempre uma história de desigualdade, desequilíbrios de poder e repressão. Talvez seja precisamente por isso o seu crescente interesse para a sociedade contemporânea, além de seu grande interesse pela violência (particularmente no caso do genocídio). “Desde que a Alemanha fundou suas próprias colônias, em 1884/1885”, escreve o historiador Jürgen Zimmerer

[...] as guerras coloniais foram travadas repetidas vezes, porque as áreas protegidas geralmente tinham de ser capturadas com esforços militares extenuantes, e a resistência local contra o domínio estrangeiro precisava, desde o início, ser quebrada com violência militar. A resistência anticolonial atingiu um ponto culminante na virada do século, com a guerra contra os Hererós e os Namaquas no sudoeste da África (1904-1908), e a guerra Maji-Maji na África oriental da Alemanha, ambos os conflitos mais longos e aqueles com as perdas mais pesadas. Com até 300.000 vítimas na África Oriental Alemã e até 100.000 mortos no Sudoeste da África, essas guerras testemunharam a brutalidade e crueldade na guerra alemã, para a qual o termo *desumano* é um descritor insuficiente. O conflito no Sudoeste da África entrou para a história como o primeiro genocídio do século XX (ZIMMERER, 2014, p. 31).

Para Zimmerer, o “primeiro genocídio do século XX” não é simplesmente a supressão de um levante anticolonial, mas sim um protótipo de assassinato organizado pelo Estado – um precursor do Holocausto. Essa interpretação desencadeou um debate – que já havia, com certeza, aparecido antes – pois colocava o Holocausto dentro de um *continuum* de uma história de violência no século XX⁵. Ele ameaçou relativizar a singularidade do assassinato em massa de judeus europeus, pois comparou o Holocausto com outras formas de violência organizadas pelo Estado: genocídio, limpeza étnica, deslocamento etc. Embora o dogma da incomparabilidade do Holocausto tenha começado a perder sua força desde os anos 1990, qualquer

5 Veja Zimmerer (2009, p. 529-48). Aqui, Zimmerer responde às críticas a seus argumentos em, entre outros, Zimmerer (2007).

declaração que o inclua em um *continuum*, junto de outros genocídios, está sujeita a um escrutínio especialmente intenso na Alemanha⁶.

A dissertação de Zimmerer de 2001 sobre a política colonial alemã na Namíbia, que atraiu bastante atenção, marca o início da atual fase de memória, na qual a sociedade alemã está começando a redescobrir sua herança colonial (ZIMMERER, 2004). Nos Estados Unidos, descendentes de Hererós da Namíbia entraram com queixas contra empresas alemãs e internacionais em setembro de 2001. Seguindo o modelo fornecido pelos pagamentos de indenizações a trabalhadores forçados da era nazista, eles exigiram o pagamento de indenização pelo genocídio cometido pelos alemães e pelo trabalho forçado dos sobreviventes. Em 2004, o Ministro Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico emitiu um pedido de desculpas à Namíbia, pelo assassinato em massa de Hererós e Namaquas. O *Bundestag* alemão também se juntou a este gesto de remorso, com uma *resolução não vinculante* (KÖSLER, 2015)⁷. O governo está negociando o caso mais uma vez.

No entanto, não foi apenas a política que descobriu a memória da injustiça da era colonial alemã naquela época; também aumentaram o número de conferências e publicações voltadas para o tema, impulsionadas por diversas datas marcantes. Logo, grupos foram fundados com a intenção de aumentar a conscientização sobre o papel da Alemanha no colonialismo, incluindo, entre outros, os ativistas do *Kolonialismus im Kasten?*, a associação *Berlin Postkolonial*, sites como *Freiburg-postkolonial.de* e *Decoloni-ze-mitte.de*, e o grupo de interesse *NoHumboldt21*. Este último, fundado em protesto contra o conceito do Fórum Humboldt, e apoiado por inúmeras associações e iniciativas pós-coloniais.

Grupos como esses existem na República Federal da Alemanha desde os anos 1960. De vez em quando, como em Hamburgo, em 1967-68, ou em Bremen, em 1979, eles conseguiam chamar a atenção do público para suas preocupações. No entanto, só agora o tema começou a atingir um público

6 Sobre isso, o *Historikerstreit* de 1986-87 é paradigmático, pois questionou a ideia da incomparabilidade do Holocausto. Ver Piper (1987) e Evans (1989).

7 N.T.: *Bundestag*: Parlamento da República Federal da Alemanha; *resolução não vinculante*: sem efeito de lei.

amplo e a se tornar nacionalmente relevante. Esses grupos compartilham a ideia de que o período colonial simboliza a ignorância do Norte Global em relação às questões fundamentais sobre a percepção de si e do outro. O período colonial, enquanto símbolo, permite que o racismo estrutural (colonialismo como uma “estrutura mental coletiva”, como é chamado no site de *Freiburg*)⁸, que até hoje molda nossa sociedade sem ser suficientemente percebido, seja compactado em um evento, ou resumido em um rótulo. O que ele problematizou é a relação que um grupo majoritário, dentro de uma sociedade, tem com um grupo minoritário, e a questão de quais categorias ajudam a maioria a excluir, aberta ou sutilmente, essas minorias. É aqui que ocorrem as lutas pelo reconhecimento, nas quais as minorias reivindicam o direito a ter voz na política e na cidadania cultural, ambas negadas (TAYLOR, 1994; FRASER, 1995; HONNETH, 2001, p. 43-5555).

Esse crescente estrondo de protestos por parte do público fez ecoar as discussões pós-coloniais que as áreas de humanas e as ciências sociais (sobretudo os estudos de literatura, estudos culturais e antropologia) vêm desenvolvendo com entusiasmo há meio século. À medida que mais e mais estados europeus perdiam suas colônias ao longo do século XX, as terras anteriormente ocupadas lutavam para se emancipar da hegemonia ocidental, não apenas política, mas também intelectualmente (e ainda o fazem). Desde a década de 1960, os estudos pós-coloniais têm tentado superar as contradições arraigadas decorrentes da era colonial, contradições essas que bloqueiam o pensamento e mantêm os desequilíbrios do antigo poder intacto. Esses estudos criaram consciência do poder estigmatizante de certos conceitos que haviam sido estabelecidos na linguagem coloquial, posicionando-se para derrubar a prerrogativa linguística e, portanto, interpretativa das elites ocidentais. Por muito tempo, as elites falaram em suas próprias palavras sobre “culturas estrangeiras”, apresentando essas culturas de sua perspectiva ocidental. Deixadas de lado, estavam as vozes, argumentos e opiniões justamente dos grupos sendo retratados⁹.

8 Veja o site: Freiburg-postkolonial.de

9 Para os debates em andamento sobre os conceitos contestados de cultura, consulte Clifford e Marcus (1986); Abu-Lughod (1991).

Essas críticas foram diretamente contra a categoria fundamental com a qual as sociedades ocidentais produzem identidade e lealdade nacionais. Eles problematizam a *cultura* como uma categoria que classifica as pessoas de acordo com suas origens. A cultura como categoria criou raízes no século XIX nos Estados-nação recém-fundados, e está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo. Embora essas discussões pós-coloniais tenham chegado à Alemanha relativamente tarde¹⁰, hoje elas estão se mesclando fortemente na consciência do público, ao se deparar com uma sociedade em convulsão, que deve redefinir sua relação com grupos que, até agora, foram inquestionavelmente considerados estrangeiros. Esta luta por uma nova autoidentidade alemã, como uma sociedade de imigrantes, vem à tona em termos como *deutsche Leitkultur* (a cultura alemã dominante como *cultura orientadora*) ou *integração*.

Na Alemanha, o termo integração está associado à ideia de que os outros devem se adaptar à maioria, enquanto a própria maioria não é obrigada a mudar. Esses “outros”, mesmo que tenham nascido na Alemanha, e nunca tenham vivido em nenhum outro lugar, são marcados por nacionalidade, etnia ou religião – por exemplo, como muçulmanos ou *Deutsche mit Migrationshintergrund* (alemães com histórico de imigração)¹¹. Esse Estado-nação profundamente enraizado e a “certeza” genealógica de identidade têm sido ameaçados (e por isso têm sido defendidos cada vez mais fortemente com o populismo puro) desde que a Alemanha começou a se familiarizar com a ideia de que é um país de imigrantes. Em termos de demografia pura, esse sempre foi o caso (DINER, 1998). Quase um quarto da população alemã imigrou nas últimas três gerações. Dentro da sociedade, entretan-

10 Uma das primeiras antologias alemãs encontra-se em Bronfen, Marius e Steffen, 1997.

11 “O grupo populacional [alemães], com histórico de migração, consiste em todas as pessoas que imigraram para o território da atual República Federal da Alemanha depois de 1949, e por todos os estrangeiros nascidos na Alemanha, e todos aqueles nascidos na Alemanha que tenham pelo menos um dos pais que imigrou para o país ou nasceu como estrangeiro na Alemanha” (“Pessoas com histórico de migração,” *Statistisches Bundesamt*, 2019, www.destatis.de/EN/FactsFigures/SocietyState/Population/MigrationIntegration/Methods/MigrationBackground.html.)

to, esse processo de reorientação foi refletido apenas de forma insuficiente; talvez ainda nem tenha realmente começado. A emenda à lei de imigração, que entrou em vigor em 2000 após a eleição de um novo governo de esquerda, em 1999, marca um ponto de inflexão. Isso suavizou a política do *ius sanguinis* (isto é, estabeleceu a adesão à nação alemã ao longo de gerações) como um requisito para ser legitimamente alemão. Desde a emenda, foram dados mais passos neste sentido.

A nova autoimagem da Alemanha como um país de imigração também pode ser reconhecida na pedagogia, um campo de estudo que ensina as gerações vindouras a ver o mundo. Em suas teorias avançadas, a pedagogia se afasta do modelo de integração e busca substituí-lo por categorias como a discriminação. “Aqueles que falam em discriminação não investigam mais os déficits de integração das minorias, mas se permitem ser confrontados com as experiências das minorias de serem discriminadas”, como afirma Astrid Messerschmidt: “Nesse caso, outras histórias precisam ser contadas, histórias de uma sociedade de imigração que obstinadamente se recusa a sê-lo, e em que os imigrantes são percebidos principalmente com relação à necessidade de ajuda ou à ameaça que parecem representar, ou são reconhecidos como um enriquecimento” (MESSERSCHMIDT, 2009, p. 91). A “pedagogia da migração”, esboçada por Messerschmidt, tem base na teoria pós-colonial e crítica, e reconhece os mecanismos sutis de uma microfísica do poder. Essa pedagogia tem plena consciência da imperceptível demarcação de fronteiras que ocorre na fala e na ação cotidiana, e é sensível a símbolos que reproduzem antigos padrões de percepção – o que nos leva ao Fórum Humboldt.

O FÓRUM HUMBOLDT

O Fórum Humboldt de Berlim é um projeto cultural nacional (Figs. 1-2). Localizado no coração de Berlim, na avenida *Unter den Linden*, onde tem o maior alcance público possível¹². O Fórum exhibe objetos do *Ethnologisches*

12 Ver o site do Humboldt Forum im Berliner Schloss, <www.humboldtforum.com/en/>. Para obter informações abrangentes sobre o processo de planejamento até 2015, cf. von Bose, 2016.

Museum e do *Museum für Asiatische Kunst* (Stiftung Preußischer Kulturbesitz – Staatliche Museen zu Berlin), da exposição de Berlim (*Kulturprojekte Berlin* e *Stadtmuseum Berlin*) e do Laboratório Humboldt (*Humboldt-Universität Berlin*), todos no interior do reconstruído Palácio da Cidade de Berlim. No site oficial, o projeto é anunciado como

um novo distrito cultural que está sendo criado bem no coração da cidade. Ele representa uma abordagem que reúne diversas culturas e perspectivas, e busca novos *insights* sobre questões atuais, como migração, religião e globalização. [...] O Fórum Humboldt cria espaços de encontro e troca. [...] Em combinação com as coleções localizadas em museus na vizinha *Museum Island* [N.T.: Ilha dos Museus], eles formarão uma concentração única de objetos e obras de arte¹³.

Como um dos projetos políticos culturais mais importantes dos próximos anos na Europa, o Fórum Humboldt está sujeito a severas críticas, que ocorrem com regularidade. A crítica é desencadeada, acima de tudo, pelo manejo do acervo do *Ethnologisches Museum*. Até recentemente, esse último se localizava em Dahlem, um subúrbio de Berlim, longe das rotas turísticas regulares, junto com o *Museum für Asiatische Kunst* (Museu de Arte Asiática) e o *Museum Europäischer Kulturen* (Museu das Culturas Europeias). Este museu e o *Museum für Asiatische Kunst* serão transferidos para o centro da cidade de Berlim, um dos lugares mais visitados da capital alemã. O Museu das Culturas Europeias não sofrerá mudanças significativas.

A revalorização recente das coleções etnográficas alimenta o debate público. Ativistas e acadêmicos pós-coloniais usam o exemplo das coleções etnográficas do Fórum Humboldt como uma possibilidade para fazer perguntas urgentes: como a sociedade alemã lida com seu passado colonial? Qual é o futuro do museu etnológico, instituição criada no século XIX a partir do espírito imperial? E (como) podemos continuar a usar coleções fundadas no

13 “What Is the Humboldt Forum?” *Humboldt Forum im Berliner Schloss*, <www.humboldtforum.com/en/pages/humboldt-forum>.

colonialismo do século XXI? Que novos métodos e perspectivas pós-nacionais serão necessários?

Esses debates acontecem em muitos países há tempo, como a disputa pela reabertura do *Musée du Quai Branly*, em Paris, em 2007. O Fórum Humboldt é atualmente o mais proeminente exemplo usado para discutir problemas fundamentais. “O problema”, diz Zimmerer,

[...] é que o Fórum Humboldt ainda está olhando para uma questão global através de uma perspectiva nacional, europeia e eurocêntrica. Deve enfrentar a tarefa de mudar sua perspectiva; deve se afastar da visão de mundo de Berlim e, em vez disso, considerar como essa perspectiva surgiu historicamente, o que ela causou, e que vivemos em uma época em que a penetração europeia no mundo está chegando ao fim, e uma reversão está ocorrendo em seu lugar – politicamente, mas também intelectualmente (CHRISTOPHERSEN, 2017).

A pesquisa histórica elementar – pelo menos, é o que se sente na Alemanha – é necessária, especialmente na forma de pesquisa sistemática de *provenance*¹⁴.

Hoje, o apelo por uma pesquisa abrangente de proveniência, que mal tinha sido aplicada às coleções etnológicas de Berlim até recentemente (VON BOSE, 2016, p. 237), colocou todo o projeto do Fórum Humboldt em crise. Em julho de 2017, Bénédicte Savoy, uma das historiadoras de arte de maior destaque da Alemanha, renunciou ao conselho científico do Fórum Humboldt porque, segundo ela, ele não se envolveu suficientemente com as origens coloniais das futuras coleções. Savoy completou seu gesto de protesto com uma entrevista no *Süddeutsche Zeitung*, na qual comparou o Fórum Humboldt com a catástrofe do reator em Chernobyl. As coleções do Fórum representam “300 anos de atividade de coleta, incluindo toda a maldade e esperança ligadas a ela. E isso nos representa, representa a Europa. Poder-se-ia imaginar muito, se não estivesse tudo enterrado sob este chumbo, coberto como lixo nuclear, apenas para que nenhuma radiação vazze. O Fó-

14 N.T.: origem, proveniência, ou *pedigree* da obra. Usarei “proveniência” ao longo do texto.

rum Humboldt é como Chernobyl” (HÄNTZSCHEL, 2017, p. 9). A crítica de Savoy teve grande repercussão pública. Tornou-se o ponto de partida de uma polêmica cada vez maior, que acompanha o projeto do Fórum há cerca de dez anos. Atingiu seu pico preliminar em novembro de 2018, quando Savoy, junto com o publicitário senegalês Felwine Sarr, comissionado pelo Presidente da República da França, sugeriu novas regras para lidar com as coleções coloniais dos museus franceses e exigiu restituições (SARR; SAVOY, 2018)¹⁵.

Na Alemanha, as críticas começaram com a demolição do Palácio da República, de 2006 a 2008 - a sede do chamado *Volkskammer* (Gabinete do povo), a assembleia da RDA. Este edifício foi forçado a ceder lugar a um novo, cuja fachada copiava o Palácio de *Hohenzollern*, que foi demolido na Alemanha Oriental em 1950. Estes repetidos atos de destruição e reconstrução não são apenas indicativos de diferentes políticas de memória sob distintos regimes alemães. Além disso, a reconstrução hoje é altamente contestada, uma vez que implementa um símbolo dos antigos reis prussianos no coração de Berlim. O argumento central dos partidários da reconstrução - iniciativa local - é a localização do antigo palácio na estrutura arquitetônica do espaço urbano. Segundo eles, apenas com a fachada antiga o conjunto arquitetônico poderia ser reconstruído e também restabelecer a impressão original deste espaço. Os críticos, no entanto, percebem essa reconstrução como um epítome da política restaurativa da história, com uma orientação retrógrada em direção ao nacionalismo, em vez de progressiva e cosmopolita. Depois de decidida a reconstrução, ficou a questão de o que fazer com o prédio e como preenchê-lo. Foi nessa época que surgiu a ideia de expor diversas coleções, como parte do acervo do Museu *Ethnologisches* (SCHUSTER, 2016). Esta infeliz fusão - a fachada do palácio prussiano e objetos saqueados na África durante a era imperial da Alemanha, ou encomendados e comprados por museus do império alemão - está no cerne da crítica pós-colonial contra o Fórum Humboldt.

15 *The restitution of African cultural heritage: toward a new relational ethics* (2018), será doravante abreviado como "SARR; SAVOY, 2018".

A iniciativa pós-colonial *NoHumboldt21* tem fortes objeções ao projeto, chegando a pedir a paralisação do processo de planejamento:

Exigimos que o trabalho no Fórum Humboldt no Palácio de Berlim seja interrompido, e que um debate público seja realizado: o conceito atual viola a dignidade e os direitos de propriedade das comunidades em todas as partes do mundo, é eurocêntrico e restaurador. A criação do Fórum Humboldt é uma contradição direta com o objetivo de promover a igualdade em uma sociedade de migração¹⁶.

Os ativistas do *NoHumboldt21* consideram toda a abordagem do Fórum Humboldt questionável, pois perpetua a separação da Europa com o resto do mundo, reproduzindo, sem reflexão crítica, os padrões de pensamento colonial. O sinal mais visível disso é a justaposição do Fórum Humboldt e da Ilha dos Museus de Berlim como locais de cultura não europeia e europeia, respectivamente. Ambos os lugares – estão à vista um do outro – têm como objetivo estabelecer um diálogo entre culturas. Klaus Dieter Lehmann, presidente da *Stiftung Preußischer Kulturbesitz*, de 1998 a 2008, descreveu a relação entre as duas instituições em 2007: “A Ilha dos Museus e a praça do palácio tornar-se-ão assim uma entidade intelectual única de patrimônio cultural, conhecimento cultural, encontros culturais, e experiências culturais. Os irmãos Humboldt defendem esse diálogo de amplitude mundial” (VON BOSE, 2016, p. 17). A Ilha dos Museus representaria principalmente a arte europeia, herança da antiguidade (com as coleções egípcias e pré-históricas de todo o mundo no Museu *Neues* ou arte islâmica no Museu *Per-gamon*) e humanismo, refletindo assim as ideias de Wilhelm von Humboldt sobre o humanismo alemão e o sistema científico. O Fórum Humboldt, na praça do palácio, representaria a arte não-europeia e “culturas” estrangeiras, conforme pesquisadas por Alexander von Humboldt. Essa suposta di-

16 “Stop the Planned Construction of the Humboldt Forum in the Berlin Palace!” (Pare a construção planejada do Fórum Humboldt no Palácio de Berlim!) No Humboldt 21! 3 Junho, 2013, <www.no-humboldt21.de/resolution/english>; doravante abreviado “NOHUMBOLDT21, 2013.”

cotomia - embora desafiada pelo fato de que os museus da Ilha dos Museus também exibem objetos de países não europeus (especialmente o *Pergamon*, com o famoso Portão de Ishtar da Babilônia) - foi estabelecida pelos fundadores do Fórum Humboldt como uma ferramenta retórica. Sugere uma visão da ciência, como a aquisição inocente de novos conhecimentos que deveriam estar relacionados e, portanto, sem mácula, com o período colonial. Assim, choca os críticos que participam do *NoHumboldt21* e, portanto, foi modificada pelos diretores fundadores do Fórum Humboldt à medida que vozes críticas se tornaram mais altas. A conexão com Humboldt, como homônimo do fórum, é vista como uma impertinência, pois os críticos o consideram como parte do sistema de poder colonial. De acordo com os ativistas do *NoHumboldt21*, “o prussiano ‘que realmente descobriu a América’, que até roubou cadáveres enterrados e os despachou para a Europa, personifica o domínio colonial” (NOHUMBOLDT21, 2013). O mesmo vale para os *Hohenzollerns* [N.T.: Família alemã que reinou na Prússia de 1701-1918 e Alemanha de 1871-1918] e o edifício que os representa, que, segundo os críticos, simboliza uma representação ininterrupta do poder.:

Para os descendentes dos colonizados, tanto nacionais como estrangeiros, é particularmente desrespeitoso que isso aconteça na residência ressuscitada dos monarcas Brandenburg-Prussianos. Os *Hohenzollerns* foram os principais responsáveis pela escravidão de milhares de pessoas da África, bem como pelos genocídios e campos de concentração nas antigas colônias da Alemanha [NOHUMBOLDT21, 2013].

Para o *NoHumboldt21*, o problema central são as coleções do período colonial. Os ativistas fazem duas acusações que vão além do caso específico em Berlim. Em primeiro lugar, os membros desse movimento afirmam que as exposições que mostram esses objetos reproduzem padrões coloniais de representação e perpetuam a visão ocidental do “Outro”. Afirmam:

Como já acontecia naquela época em que “curiosidades exóticas” eram exibidas nos “quartos das maravilhas” pertencentes aos príncipes de Brandemburgo e aos reis prussianos, o Palácio de Berlim-Fórum Humboldt

aparentemente servirá ao propósito de desenvolver uma identidade prussiana-alemã-europeia. Esta preocupação é, de fato, diretamente oposta ao objetivo de promover uma cultura de igualdade numa sociedade de migração, e está sendo buscada em detrimento de outras pessoas. O suposto “estranho” e o “outro” serão construídos com a ajuda de objetos muitas vezes centenários de todo o mundo, e a extensa coleção de arte europeia na Ilha dos Museus de Berlim será posta de lado. Desta forma, a Europa será construída como norma superior [NOHUMBOLDT21, 2013].

Em segundo lugar, os ativistas perguntam: quem detém os direitos de propriedade sobre os objetos etnológicos? Quem pode legitimamente (o que é diferente de legalmente) reivindicar o direito de chamar esses objetos de seus e dispor deles livremente? E com que propósito ele ou ela pode fazer isso?

Ao levar o crédito por esses objetos, a cidade de Berlim recebe benefícios materiais e também vantagens intangíveis até os dias de hoje. Exigimos a divulgação do histórico de propriedade de todas as peças expostas, assim como o cumprimento da Resolução da ONU que é inequívoca a respeito da “repatriação de artefatos culturais para países que foram vítimas de expropriação”. O diálogo sobre os futuros lares da arte saqueada e do saque colonial deve ser buscado com os descendentes dos artistas e os proprietários legais das exposições. Isso é particularmente importante, em relação aos restos mortais roubados, que atualmente podem ser encontrados na posse da fundação “*Preußischer Kulturbesitz*” [NOHUMBOLDT21, 2013].

É interessante que o *NoHumboldt21* não seja uma iniciativa puramente alemã; em vez disso, grupos de interesse internacionais se reuniram sob sua égide e assinaram uma carta comum de protesto – alguns exemplos foram o *Afrosvenskarnas riksförbund* (a Associação Nacional de Afro-suecos), *ArtAfrica* de Portugal, *AfricAvenir* ou *Asamblea Popular del Pueblo Juchiteco* de Oaxaca, México. É uma rede internacional que opera a nível global, ansiosa por causar impacto na política cultural nacional. Os debates em torno do Fórum Humboldt seguem uma lógica global de reconhecimento das minorias que, graças às redes sociais, podem posicionar suas preocu-

pações de forma que transcendam fronteiras e se tornem atores eficazes em assuntos outrora puramente nacionais. Para a Alemanha, isso significa que certos tópicos que, até recentemente, eram confortavelmente ignorados estão, de repente, sendo colocados na agenda nacional.

Hoje, todo o projeto do Fórum Humboldt é suspeito, preso na sombra do colonialismo, ainda que as coleções etnológicas representem apenas uma parte do acervo. Horst Bredekamp - um dos três diretores fundadores do Fórum ao lado de Neil MacGregor (o ex-diretor do Museu Britânico) e Hermann Parzinger (Diretor do *Stiftung Preußischer Kulturbesitz*) - reclamam que a discussão está se tornando muito unilateral: “Não é a apreciação de objetos de culturas estrangeiras, mas sim a culpa hipostatizada de possuí-los, que é o foco atualmente [...] [Em Berlim] pela primeira vez, [...] culturas não europeias [seriam] elevadas no coração de uma nação de uma forma magnífica, como nunca foi feito em outro lugar e como provavelmente nunca será feito novamente”. De forma preocupante, Bredekamp descobre que o que ele chama de “história da coleção pré-colonial” está sendo ignorado. Desde o Renascimento e o Iluminismo, ele afirma, tem havido um interesse científico em partes estrangeiras do mundo, e que não foi motivado pelo poder e pela política: “A supressão debilitante da preciosa categoria da ‘sede de conhecimento’, *curiositas*, como um requisito básico para qualquer empatia para com o estrangeiro, pressupõe claramente que quem aprende uma língua estrangeira está prestes a ocupar a capital do país em questão” (BREDEKAMP, 2017). Nesse contexto, Bredekamp nos lembra a concepção universalista da etnologia recentemente esboçada por Han Vermeulen (VERMEULEN, 2015). Ele também faz referência às *chinoise-ries* do século XVIII, nas coleções de Berlim, que foram reunidas em apreço pela arte chinesa.

UMA NOVA CULTURA DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

No que diz respeito à questão de por que a história colonial está nos alcançando agora em particular, o debate sobre o Fórum Humboldt é digno

de nota em muitos aspectos. Primeiro, os ativistas tentam mudar as coordenadas da cultura da memória alemã, para a qual o colonialismo foi no máximo uma nota de rodapé – uma perspectiva baseada no argumento de que as possessões coloniais do *Reich* alemão eram de pouca importância, e sua fase de expansão colonial muito curta. A nova discussão do colonialismo, no entanto, não está mais focada principalmente no período colonial alemão como um evento histórico. Esses anos são apenas o ponto de partida concreto. Em vez disso, o termo colonialismo significa um conceito intelectual, que fornece uma perspectiva específica do mundo. É um código para os padrões fundamentais de pensamento e formas de discriminação que vão do passado ao presente. Eles estão intimamente ligados ao sistema colonial (econômico): racismo, estereótipos de culturas “estrangeiras”, e teorias de modernização (o Norte Global avançado versus O Sul Global tradicional) (MIGNOLO, 2011). No presente, o símbolo proeminente do Fórum Humboldt oferece a chance de enfaticamente trazer à tona o tópico para a discussão pública.

É natural supor que isso só foi possível depois que a perspectiva sobre o Holocausto mudou¹⁷. Ao mesmo tempo em que a dinâmica pós-colonial estava em ascensão na Alemanha – após a virada do milênio – a cultura da memória alemã começou a se diferenciar. Inicialmente, isso ainda era feito em estreita conexão com o tópico da era nazista e o Holocausto. Após a reunificação, em 1990, a Alemanha experimentou uma segunda onda de memória, que tentou colocar de forma proeminente o discurso da vítima – muitas vezes expresso nos conceitos *Bombenkrieg* (guerras de bombardeio), fuga e deslocamento de alemães – lado a lado, com a perspectiva dos criminosos, enquadrada nas palavras-código *Auschwitz* e *Hitler*. Nesse ínterim, a pesquisa histórica desenvolveu uma nova orientação: na década de 1980 os historiadores discutiam principalmente se Hitler ou a sociedade alemã eram os responsáveis pelo Holocausto; hoje, alguns deles escrevem uma história diferente da vida cotidiana, e uma história das mentalidades

17 Ver também Langbehn e Salama (2011).

do Terceiro Reich. Esta forma de história analisa a catástrofe maior, juntamente com as cortesias menores e cotidianas da “*Wohlfühl-Diktatur*” (ditadura do bem-estar) (Götz Aly) para com seus Arianos. Ela se dedica mais fortemente aos estudos comparativos do genocídio, é altamente interdisciplinar, internacionalmente orientada e integra outros eventos. Para esta pesquisa comparativa, o Holocausto é o exemplo mais marcante de um longo histórico do tipo de violência em massa organizada pelo Estado, que já ocorria nas colônias¹⁸. Todos aqueles mecanismos e excessos de violência que já aconteceram, mas ainda repercutem, são relevantes para uma cultura da memória que surge dessa história. Eles marcam fenômenos estruturais, como o antissemitismo, oportunismo, burocracia da violência, racismo e outras formas de discriminação, que se manifestaram com força no passado, mas continuam, independentemente da época, a representar um perigo potencial para as pessoas.

Para estudos comparativos de genocídio, o Holocausto não é mais incomparável. Na Alemanha, no entanto, ele continua a ser a referência com a qual todas as formas de uso excessivo da violência são comparadas. A retórica da política da memória, que agora se apega à herança colonial alemã, é o resultado de intensas pesquisas sobre o Holocausto. Nesse contexto, “um arsenal de conceitos e normas desenvolvido” pelo qual outros conflitos violentos podem ser interpretados retrospectivamente e classificados moralmente (ASSMANN, 2006, p. 15). Nesse arsenal, ambas as grandes narrativas morais que Charles Maier traçou, como lições do século XX, para o presente, se entrelaçam: a narrativa ocidental do Holocausto e o *gulag* de um lado, e a narrativa pós-colonial de “observadores de fora do Mundo atlântico” do outro (MAIER, 2000, p. 826).

A retórica dessas narrativas morais - este é o meu segundo ponto - se concentra na reivindicação de uma dignidade humana universalista. Segue os padrões internacionais, avançando argumentos morais; no caso do Ho-

18 Ver Aly (2005). Para pesquisas mais recentes sobre o Holocausto (STEINBACHER, 2015).

locausto, tornou-se evidente no período próximo da virada do século¹⁹. A cultura da memória que emergiu dessas narrativas não é mais fundada puramente dentro do Estado-nação; em vez disso, segue processos de comunicação internacional. O fato dos laços e tradições nacionais estarem enfraquecendo “não sugere de forma alguma que a era do Estado-nação acabou. Em vez disso, sugere que seu reinado hegemônico como produtor central de significado chegou ao fim. As memórias nacionais estão agora misturadas com memórias coletivas selecionadas de outras expressões coletivas de solidariedade, como etnia, gênero e religião” (LEVY; SZNAIDER, 2006, p. 35).

A era nazista não apenas caracteriza o contexto da história da memória em que as perspectivas pós-coloniais na Alemanha devem estar presentes. Ela é também responsável pelo surgimento do museu como lugar onde atualmente se realizam esses processos de negociação de uma nova visão da história. Restos de experimentos nazistas usando pessoas, que foram mantidos em coleções de museus de história natural, etnológica e de história médica, onde ninguém deu a mínima para suas origens, foram o ponto de partida²⁰. Na Alemanha, o problema da proveniência dos objetos tornou-se virulento no contexto da arte saqueada pelos nazistas. Em 2012, um grande inventário de obras de arte supostamente roubadas no período da guerra e que estavam na posse dos descendentes do negociante de arte Hildebrand Gurlitt, atizou as chamas do debate sobre restituição. Desde então, a pesquisa de proveniência se tornou um eminente tópico político na Alemanha. Em 2015, o centro de pesquisa *Deutsches Zentrum Kulturgutverluste* (Fundação Alemã de Arte Perdida) foi estabelecido especificamente para esse propósito, em Magdeburg, e o dinheiro foi investido em diversos projetos de pesquisa de proveniência em museus (de arte). Enquanto isso, o

19 Veja A Declaração do Fórum Internacional de Estocolmo sobre o Holocausto, de 28 de janeiro de 2000. <https://www.holocaustremembrance.com/sites/default/files/stockholm_4csilver.pdf>.

20 Veja “*Menschliche Präparate in Sammlungen. Empfehlungen zum Umgang mit Präparaten aus menschlichem Gewebe in Sammlungen, Museen und öffentlichen Räumen*” *Deutsches Ärzteblatt* PP 2, n. 8, p. 378–83, 2003.

governo federal ampliou esse compromisso para incluir coleções coloniais em museus alemães.

Nesse contexto, aumenta a pressão sobre os museus etnológicos. Apenas cem anos após o fim do período colonial alemão, suas coleções passaram a ser examinadas; os museus eram responsabilizados por suas posses, e suas apresentações e exposições eram vistas com desconfiança como discriminatórias. A tarefa mais importante do Fórum Humboldt, Savoy nos diz em sua entrevista, é “o esclarecimento da proveniência. Isso custa muito dinheiro; é uma tarefa ingrata. [...] Mas sem essa pesquisa, nenhum Fórum Humboldt e nenhum museu etnológico podem ser abertos hoje. [...] Quero saber quanto sangue pinga de uma obra de arte, quanta ambição científica ela contém, quanta sorte arqueológica” (HÄNTZSCHEL, 2017, p. 9). Na Alemanha, o Fórum Humboldt é simplesmente o exemplo mais conhecido. Os museus etnológicos em Leipzig, Bremen e Stuttgart também precisam se justificar. Incentivados pela natureza política que o tema adquiriu repentinamente, muitos museus intensificaram e sistematizaram suas pesquisas de proveniência para melhor avaliar quais objetos estavam contaminados pelo passado colonial²¹. Algumas restituições também ocorreram. Por exemplo, restos humanos de Berlim e artefatos culturais de Stuttgart foram devolvidos à Namíbia. Antes disso, em 2013, a Associação Alemã de Museus (*Deutscher Museumsbund*) publicou diretrizes para lidar com restos humanos em museus. Um outro conjunto de diretrizes para coleções constituídos em contextos coloniais foi lançado em 2018, numa versão reformulada²². Este último mostra como o material é complexo no caso da Alemanha,

21 Ver Linden-Museum Stuttgart, *Provenienzforschung im Projekt “Schwieriges Erbe: Zum Umgang mit kolonialzeitlichen Objekten in ethnologischen Museen,”* ed. Gesa Grimme (Stuttgart, 2018), <www.lindenmuseum.de/fileadmin/user_upload/images/fotogalerie/Schwieriges_Erbe/SchwierigesErbe_Provenienzforschung_Abschlussbericht.pdf>.

22 Veja Deutscher Museumsbund *Guidelines on Dealing with Collections from Colonial Contexts* (2019, 2. versão), <www.museumsbund.de/publikationen/guidelines-on-dealing-with-collections-from-colonial-contexts> and *Recommendations for the Care of Human Remains* (2013), <www.museumsbund.de/publikationen/recommendations-for-the-care-of-human-remain/>.

já que muitos objetos não chegaram aos museus diretamente por meio da conquista colonial, mas via o mercado da arte, as expedições de pesquisa ou como presentes de colecionadores. Para muitos desses objetos, especialmente aqueles que não provêm da África, ou que não são do século XIX, avaliações abrangentes são difíceis porque as coleções foram constituídas durante períodos em que havia normas distintas. Os museus são culpados ou foram contaminados? Ou podem ser considerados inocentes, até que se possa provar casos específicos de má conduta? E como devemos lidar com essas pessoas ou objetos hoje? Ainda é possível exibi-los sem sujar as mãos? Cada época fornece suas próprias respostas a essas perguntas. Respostas que diferem de acordo com o evento histórico, a região do mundo e a distância temporal da ocorrência. No contexto do Humboldt Fórum, só agora estamos iniciando uma reflexão sobre essas questões.

Os processos de negociação são - em terceiro lugar - não apenas guiados pelo raciocínio moral, mas também atendem a interesses econômicos e políticos. Visam a propriedade e a soberania, acima do significado. Frequentemente não fica claro o limite entre onde terminam as preocupações morais e onde começa o interesse pessoal. Por outro lado, os debates sobre o patrimônio cultural (nacional) se intensificam em função dos direitos de propriedade envolvidos. O patrimônio cultural tornou as regiões atraentes para os turistas e foi benéfico para a construção da identidade histórica dos estados em tempos de crescente obsessão pela história²³. Em última análise, trata-se da questão de saber se a velha ideia europeia de propriedade sobre o patrimônio cultural do mundo inteiro pode ou não perdurar.

Na Europa, estamos apenas começando a entrar em uma nova fase, em que as reivindicações de propriedade, de objetos que chegaram a museus ou arquivos em circunstâncias moralmente questionáveis, devem passar por uma reavaliação criteriosa (THIEMEYER, 2018; KREPS, 2003). No que diz respeito ao direito internacional, isso significaria abandonar o conceito de direito intertemporal. Este princípio estabelece que as reivindicações de

23 Para uma polêmica relevante, consulte Lowenthal (1998).

propriedade são julgadas de acordo com as leis que eram válidas no momento da aquisição. Até agora, esse direito só foi anulado em casos excepcionais, por exemplo, nos pedidos de restituição relacionados com a era nazista, conforme apresentado nos Princípios de Washington sobre Arte Confiscada pelos Nazistas (1998). Para os grandes museus, o abandono deste conceito teria consequências graves, pois já não poderiam ter a certeza de manter seus maiores atrativos. Teria o busto de Nefertiti que deixar o *Neues Museum* em Berlim, ou os Bronzes do Benim deveriam sair dos diferentes museus europeus? Tal reestruturação alteraria radicalmente tanto a autoimagem dos museus quanto suas formas passadas de lidar com o patrimônio cultural, como Moira Simpson mostrou em relação aos museus americanos e suas negociações com os povos nativos: “A curadoria está reexaminando as práticas museológicas e a legitimidade de posse de materiais que, anteriormente, eram mantidos e exibidos sem questionamento quanto aos direitos de propriedade, autoridade ou desejos daqueles de quem foram retirados. Eles estão tendo que lidar com questões de propriedade, cuidado, exibição e interpretação” (SIMPSON, 2001). Essas perguntas são muito complexas porque dizem respeito à alocação de direitos de propriedade.

Em todo mundo, as questões relativas à propriedade de bens culturais são atualmente um dos tópicos político-culturais mais quentes. Na Alemanha, em 2015, as disputas sobre leis de proteção de propriedade cultural foram amargas; essas pretendem impedir que o patrimônio cultural de valor nacional (sobretudo as obras de arte) seja vendido para fora do país. E com a descoberta da coleção Gurlitt, em 2012, questões sobre a restituição de obras de arte supostamente roubadas pelos nazistas se tornou um tópico de discussão pública que vai muito além da Alemanha.

Desde então, a discussão sobre os bens culturais oriundos de contextos de injustiça atingiu vários países europeus, impulsionada pela polêmica do Fórum Humboldt e pelo Relatório Sarr-Savoy sobre objetos coloniais em museus franceses. Este relatório foi apresentado ao presidente francês em novembro de 2018. Corresponde à uma promessa feita por Emmanuel Macron em um discurso em Ouagadougou, capital do Burkina Faso, em novembro de 2017:

Não posso aceitar que uma grande parte do patrimônio cultural de vários países africanos seja mantida na França. Existem explicações históricas para isso, mas não há uma justificativa válida, duradoura e incondicional. A herança africana não pode existir apenas em coleções particulares e museus europeus. A herança africana deve ser exposta em Paris, mas também em Dakar, Lagos e Cotonou; esta será uma das minhas prioridades. Dentro de cinco anos, quero que existam condições para o retorno temporário ou permanente da herança africana à África.

Em reação à iniciativa de Macron, em abril de 2018, o diretor do *Victoria and Albert Museum London*, Tristram Hunt, ofereceu-se para devolver os tesouros etíopes saqueados pelas tropas britânicas na batalha de Maqdala em 1868, como empréstimos de longo prazo (BAILEY, 2018). O Grupo de Diálogo do Benim está tentando iniciar um processo de restituição permanente pela devolução de artefatos culturais coloniais ao Benim por meio de empréstimos.

O Relatório Sarr-Savoy vai além. Exige dos museus franceses (arquivos, bibliotecas e coleções particulares estão excluídos) a devolução de todos os objetos pertencentes ao Mali, Camarões, Senegal e ao antigo Benim. O *Musée du Quai Branly* é particularmente afetado, visto que abriga aproximadamente setenta mil dos noventa mil objetos em questão. O relatório faz referência apenas às colônias francesas, ocupadas por tropas e nas quais a arte foi roubada. De acordo com Sarr-Savoy, o roubo de arte não foi apenas um efeito colateral da conquista militar, mas tinha sua própria lógica. Os museus encarregaram os militares e seus especialistas em arte, para adquirir certos objetos para suas coleções na Europa. A conquista militar e a apropriação cultural andavam de mãos dadas: “A aquisição de objetos e recursos culturais e sua transferência para as capitais da Europa estavam de fato no coração - e não nas margens - da empreitada colonial” (SARR; SAVOY, 2018, p. 13). A marca registrada das aquisições coloniais nesses quatro países, que ambos os autores consideram fundamentalmente permeadas pela violência, leva à demanda de uma avaliação diferenciada desses objetos: “As aquisições de patrimônio cultural devem ser consideradas dentro

de outra categoria: a dos atos transgressivos, que nenhum aparato jurídico, administrativo, cultural ou econômico seria capaz de legitimar” (SARR; SAVOY, 2018, p. 8). Não pode haver justificativa moral para tais aquisições, nem no século XIX, nem no presente. A única resposta adequada é devolver os objetos aos seus países de origem assim que forem reivindicados, mesmo sem outras pesquisas de proveniência.

Em geral, o argumento de Sarr-Savoy almeja formar um novo conceito de patrimônio cultural. O patrimônio cultural não deve ser classificado em seus respectivos limites nacionais, na tentativa de voltar no tempo; em vez disso, os objetos devem se tornar universalmente acessíveis, especialmente fora da Europa:

Guiado pelo diálogo, polifonia e troca, o ato ou gesto de restituição não deve ser considerado uma ação perigosa de atribuição identitária, ou de separação territorial, ou isolacionismo de bens culturais. Pelo contrário, poderia permitir a abertura da significação dos objetos e abrir uma possibilidade para o “universal”, com o qual eles estão tão frequentemente associados na Europa, ganhar uma relevância mais ampla para além do continente [SARR; SAVOY, 2018, p. 2-3].

No cerne desse entendimento há duas ideias. Em primeiro lugar, as restituições devem simbolizar o fato de que a França leva a sério a reavaliação de sua culpa e o envolvimento colonial. Num segundo plano, o diálogo deve ser iniciado para que relacionamentos novos, permanentes e igualitários possam ser estabelecidos entre as Nações. A devolução das coleções é apenas o primeiro, e altamente simbólico, ato de uma “nova ética relacional”: “A compensação aqui consiste em oferecer uma forma de reparar a relação” (SARR; SAVOY, 2018, p. 40). Os objetos devolvidos devem estabelecer as condições para novos contatos culturais e comunicação. Eles devem se tornar testemunhas de uma cultura híbrida e interdependente, que une os povos, e as histórias, africanas e francesas de uma nova maneira. Os autores entendem a cultura “no sentido dinâmico de uma elaboração e uma construção, de misturas e hibridizações culturais” (SARR; SAVOY, 2018, p. 44).

Este relatório, que causou grande alvoroço na França, também desencadeou ações na política cultural alemã e nos museus etnológicos²⁴. As duas ministras de estado da cultura, Monika Grütters e Michelle Müntefering, formularam uma nova posição governamental logo após sua publicação, compartilhando muitos dos argumentos oferecidos no relatório francês:

Como os museus podem justificar a posse de objetos adquiridos em contextos coloniais cuja transferência para a Alemanha contradiz nosso moderno sistema de valores? O que se diz de nós quando alegamos que os países de onde esses artefatos culturais se originaram não podem dar-lhes a proteção que merecem? É nossa opinião que devemos sair dessa perspectiva eurocêntrica (GRÜTTTERS; MÜNTEFERING, 2018).

Em termos concretos, as responsáveis ministeriais exigem maior disponibilidade dos museus para fazer restituições, especialmente nos casos que envolvem restos humanos. Pedem acesso aberto aos inventários dos museus por meio da digitalização e do diálogo internacional com os países de origem. O debate deveria resultar numa política cultural enfaticamente internacional. No entanto, ao contrário da França, o governo alemão não tem autonomia para emitir diretivas para museus. Isso se deve ao fato da soberania cultural pertencer aos dezesseis estados federais e que o direito de propriedade sobre as coleções depende das autoridades estaduais ou municipais. Por isso, a declaração dos ministros da cultura (*Kulturminister*) dos 16 estados federados e dos dois ministros de estado em março de 2019 caracteriza um avanço mais significativo. Esta declaração pretende “criar as condições para o repatriamento de restos mortais [...] e de bens culturais de contextos coloniais cuja apropriação já não era legal e/ou eticamente justificável”. A Alemanha é, portanto, o primeiro país da Europa a se comprometer com a devolução de objetos coloniais (ainda não sabemos quantos)²⁵. Duas semanas antes da declaração ser publicada, o estado

24 Veja os acontecimentos atuais do Fórum Humboldt e o debate sobre restituição em blog <uni-koeln.de/gssc-humboldt/en/about-this-blog/>.

25 *Erste Eckpunkte zum Umgang mit Sammlungsgut aus kolonialen Kontexten der Staat-*

de *Baden-Württemberg* devolveu uma bíblia e um chicote para a família do ex-líder Nama, Hendrik Witbooi - um acontecimento sem precedentes, com efeito simbólico, uma vez que foram os primeiros artefatos culturais do período colonial - além de restos humanos - que um museu alemão restituiu a um país africano (BERNSTORFF; THIEMEYER, 2019).

Mas, mesmo antes dessas declarações políticas, a discussão sobre as propriedades da era colonial tornou-se altamente controversa nos museus etnológicos alemães²⁶. Estes, há muito tempo promovem pesquisas sobre a proveniência dos objetos para poder entender melhor suas coleções e fazer-lhes justiça. No entanto, é apenas a partir da controvérsia em torno do Fórum Humboldt, das discussões propostas pela história da arte sobre restituição, do relatório de restituição da França e das reações na Alemanha que este tópico está se tornando explosivamente controverso. O ônus da prova agora está em outro lugar. Até então eram consideradas controversas apenas as peças para as quais um contexto específico de injustiça era conhecido ou para as quais foram feitas reivindicações de restituição. Agora, espera-se que os museus etnológicos verifiquem se tudo o que possuem do período colonial está livre de objeções.

No entanto, este questionamento parece impossível no contexto dos acervos. Em contraste com as obras-primas que são gerenciadas pelo mercado de arte, dificilmente existem dados ininterruptos sobre proveniência em acervos etnológicos. As coleções etnológicas contêm não apenas obras de arte e relíquias bem conhecidas, mas também, e majoritariamente, sa-

sministerin des Bundes für Kultur und Medien, der Staatsministerin im Auswärtigen Amt für internationale Kulturpolitik, der Kulturministerinnen und Kulturminister der Länder und der kommunalen Spitzenverbände, 13 de março, 2019. <https://www.kmk.org/fileadmin/Dateien/pdf/PresseUndAktuelles/2019/2019-03-13_-_Erste_Eckpunkte_Sammlungsgut_koloniale_Kontexte.pdf>. No entanto, a declaração se recusa a avaliar o colonialismo e a era nazista como regimes de injustiça comparáveis aos quais regras semelhantes de restituição teriam de ser aplicadas: "O Holocausto é sem precedentes e incomparável" (p. 2).

26 Sobre a recente discussão sobre museus etnológicos alemães, ver *Positioning Ethnological Museums in the 21st Century, a special issue of Museumskunde* 81, n. 1, 2016.

patos, chapéus, trajes tradicionais, objetos de culto ou barcos. Esses objetos, geralmente, têm pouco valor de mercado, mas um alto valor cultural. Como rastrear os vestígios de um fetiche dos anos 1900 que entrou em uma coleção etnológica por meio de um doador anônimo ou como parte do espólio de um colecionador? A pesquisa de procedência consome muito tempo. Por esta razão, o debate atual se resume a evitar tal pesquisa em casos particularmente claros, ou a realizá-la da forma mais rápida possível, deixando claro que o problema não está sendo evitado.

De um ponto de vista acadêmico, há mais do que apenas restituição; para Sarr-Savoy é apenas o ponto de partida para uma nova ética relacional entre iguais. Trata-se de uma melhor compreensão das coleções, a fim de fornecer explicações históricas para os fundamentos de como vemos o mundo hoje. Em quais redes os objetos estavam e estão vinculados? Como o conhecimento circulou com os objetos e dentro deles? Quem os recolheu e com que finalidade? A quais narrativas serviram? Tal perspectiva sobre as coleções contaria uma nova história sobre as humanidades antropológicas dos objetos. Roubaria um pedaço de sua inocência científica, pois colocaria questões incômodas sobre a responsabilidade acadêmica e a instrumentalização das coleções. Sob esse prisma, o nome Alexander von Humboldt não representaria mais uma sede admirável de conhecimento apenas. Também corresponderia ao exercício do poder colonial às custas dos povos colonizados²⁷. É precisamente essa ambivalência, típica das estruturas coloniais, que deve ser suportada, ao que parece. No entanto, a ambivalência perturba e desafia narrativas agradáveis e coerentes. Essa perspectiva resulta em histórias complexas, definidas em contradições que nem sempre podem ser resolvidas.

27 Para mais perguntas relacionadas à ideia de patrimônio compartilhado, consultar Thiemeyer (2018).

Por enquanto, podemos apenas antecipar as convulsões que a atual onda pós-colonial na Alemanha poderia desencadear. Ainda não conhecemos seus efeitos completos. O museu é apenas um exemplo de campo de batalha. Dentro de suas paredes, a autoimagem e a representação mundial da sociedade alemã são contestadas. Essas narrativas históricas, no entanto, não se dirigem mais a ouvintes supostamente homogêneos. Em vez disso, devem alcançar pessoas com e sem histórico de migração e turistas internacionais, capazes de conhecer e interpretar a história da Alemanha à sua maneira.

Por essa razão, é muito provável que uma cultura da memória cosmopolita esteja tomando o lugar de uma cultura da memória genealógica. A primeira, conforme definida por Levy e Sznajder, não é mais baseada na ideia fundamental de uma relação consanguínea ou geracional entre todos. Em vez disso, a cultura da memória está fundamentada em uma estrutura pós-colonial e questiona a narrativa nacional da história, particularmente no que diz respeito à diversidade étnica e religiosa da sociedade contemporânea: “Assim, a memória cosmopolita também significa reconhecer a história (e as memórias) do ‘outro’ e integrá-los em sua própria história” (LEVY; SZNAIDER, 2006, p. 242). Seu objetivo não é substituir o Holocausto como um importante lugar de memória, mas apoiar a cultura da memória que se desenvolveu após Auschwitz com narrativas adicionais e complexas e olhar para a era nazista a partir de uma nova perspectiva. A cultura da memória cosmopolita tira suas lições da história alemã, não apenas do Holocausto, mas também de outros questionamentos: como a discriminação pode ter se tornado a norma em uma sociedade nazista sem o protesto da maioria? Que hierarquias entre etnias e como as formas de marginalização criadas na época colonial continuam a surtir efeitos até hoje? Dana Giesecke e Harald Welzer afirmam: “Além de ser mais adequada, dada a percepção atual da realidade, esse reajuste tem a vantagem de que alunos de outras culturas podem se relacionar com ele, vivenciando a experiência da marginaliza-

ção cotidiana” (GIESECKE; WELZER, 2012, p. 39). Essa cultura da memória tende a ser integrativa em vez de exclusiva, incluindo também aqueles que vieram posteriormente.

Na década de 1980, a cultura da memória genealógica do *Bundesrepublik* (República Federal da Alemanha) se cristalizou em dois grandes museus históricos nacionais: o Museu Histórico Alemão em Berlim e o *Haus der Geschichte* em Bonn. Trinta anos depois, as coleções etnológicas podem ser exibidas no Fórum Humboldt, abrindo o caminho para uma cultura da memória alemã cosmopolita. O Fórum Humboldt coloca *à contre coeur*, na agenda pública, tópicos adequados para uma fase de autodescoberta de um país feito de imigração. O conteúdo das exposições e das coleções é um estopim para desencadear processos de reflexão de amplo espectro que pretendem alcançar a sociedade de imigração alemã e sua cultura da memória.

FIGURA 1 - Fachada leste e sul do Fórum Humboldt em agosto de 2018



© SHF / Stephan Falk

FIGURA 2 - O pátio do Schlüter em agosto de 2018



© SHF / Stephan Falk

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. *Writing against culture*. In: FOX, Richard J (ed.). *Recapturing Anthropology: working in the present*. Santa Fe: N.M., 1991. p. 137-54.

ALY, Götz. *Hitlers Volksstaat: Raub, Rassenkrieg und nationaler Sozialismus*. Frankfurt, 2005.

AMES, Eric; KLOTZ, Marcia; WILDENTHAL, Lora (ed.). *Germany's Colonial Pasts*. Lincoln: Neb., 2005.

ASSMANN, Aleida. *Der lange Schatten der Vergangenheit: Erinnerungskultur und Geschichtspolitik*. Munich: Verlag C. H. Beck, 2006.

BAILEY, Martin. V&A Opens dialogue on looted ethiopian treasures: director pledges rethink on objects seized by british troops in 19th-Century Africa. *The Art Newspaper*, 3 Abril, 2018. Disponível em: <www.theartnewspaper.com/news/v-and-a-opens-dialogue-on-looted-ethiopian-treasures>.

BERNSTORFF, Jochen Von; THIEMEYER, Thomas. Südwestdeutsch trifft Deutsch-Südwest: Baden-Württemberg gibt zwei kolonialzeitliche Objekte an Namibia zurück. *Merkur*, n. 840, p. 17-29, mai 2019.

BREDEKAMP. Ein Ort radikal verstandener Toleranz. *Die Zeit*, 31 Ago. 2017. Disponível em: <www.zeit.de/2017/36/humboldt-forum-berlin-stadtschloss-neubau-geschichte>.

BRONFEN, Elisabeth; MARIUS, Benjamin; STEFFEN, Therese (ed.). *Hybride Kulturen: Beiträge zur anglo-amerikanischen Multikulturalismusdebatte*. Tübingen: Stauffenburg Discussion, 1997.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (ed.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: Univ. of California, 1986.

CHRISTOPHERSEN, Claudia. Das Humboldt-Forum muss einen neuen Weg gehen, entrevista com Jürgen Zimmerer. *NDR Kultur*, Norddeutscher Rundfunk, 1 Aug. 2017. Disponível em: <www.ndr.de/kultur/Ueber-Deutschlands-koloniale-Vergangenheit,journal942.html>.

DINER, Dan. Nation, migration, and memory: on historical concepts of citizenship. *Constellations* 4, n. 3, p. 293-306, 1998.

EVANS, Richard J. *In Hitler's shadow: West German Historians and the attempt to escape from the nazi past*. Nova York: Pantheon, 1989.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age. *New Left Review*, n. 212, p. 68-93, jul./ago. 1995.

GIESECKE, Dana; WELZER, Harald. *Das Menschenmögliche: Zur Renovierung der deutschen Erinnerungskultur*. Hamburg: Körber-Stiftung, 2012.

GRÜTERS, Monika; MÜNTEFERING, Michelle. Eine Lücke in unserem Gedächtnis. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 15 dez. 2018. Disponível em: <www.faz.net/aktuell/feuilleton/debatten/kolonialismus-und-raubkunst-eine-luecke-in-unserem-gedaechtnis-15942413.html>.

HÄNTZSCHEL, Jörg. Ein unlösbarer Widerspruch, entrevista com Bénédicte Savoy. *Süddeutsche Zeitung*, 21 Jul. 2017.

HONNETH, Axel. Redistribution or Recognition? Changing perspectives on the moral order of society. *Theory, Culture, and Society*, v. 18, n. 2-3, 2001.

KÖSLER, Reinhardt. *Namibia and Germany: negotiating the past*. Namíbia: Univ. of Namibia Press, 2015.

KREPS, Christina. *Liberating culture: cross-cultural perspectives on museums, curation and heritage preservation*. New York: Routledge, 2003.

LANGBEHN, Volker; SALAMA, Mohammad (ed.). *German Colonialism: race, the holocaust, and postwar Germany*. New York: Columbia University Press, 2011.

LEVY, Daniel; SZNAIDER, Natan. *Erinnerung im globalen Zeitalter: Der Holocaust*. Frankfurt e Main: Suhrkamp Verlag, 2006.

LOWENTHAL, David. *The heritage crusade and the spoils of history*. New York: Cambridge University Press, 1998.

MAIER, Charles S. Consigning the Twentieth Century to history: alternative narratives for the Modern Era. *The American Historical Review*, n. 105, jun. 2000.

MESSERSCHMIDT, Astrid. *Weltbilder und Selbstbilder: Bildungsprozesse im Umgang mit Globalisierung, Migration und Zeitgeschichte*. Frankfurt e Main: Brandes & Apsel, 2009.

MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: global futures decolonial options*. Durham: N.C., 2011.

PIPER, Ernst Reinhard (ed.). *“Historikerstreit”*: Die Dokumentation der Kontroverse um die Einzigartigkeit der nationalsozialistischen Judenvernichtung. Munique; Zúrich: Piper Verlag, 1987.

SARR, Felwine; SAVOY, Bénédicte. *The Restitution of African Cultural Heritage: toward a new relational ethics*. Paris: 2018. Disponível em: <restitutionreport2018.com/sarr_savoy_en.pdf>.

SCHUSTER, Peter-Klaus. Zur Entstehung des ‘Humboldt Forums’ aus dem Geist der Berliner Museen. Eine Vorgeschichte. In: BREDEKAMP, Horst; SCHUSTER, Peter-Klaus (ed.). *Das Humboldt Forum: Die Wiedergewinnung der Idee*. Berlin: Wagenbach, 2016. p. 37–92.

SIMPSON, Moira G. *Making representations: museums in the post-colonial era*. New York: Routledge, 2001.

STEINBACHER, Sibylle. Sonderweg, Kolonialismus, Genozide. In: BAJOHR, Frank; LÖW, Andrea (ed.). *Der Holocaust: Ergebnisse und neue Fragen der Forschung*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch, 2015. p. 83–101.

TAYLOR, Charles. The Politics of Recognition. In: GUTMAN, Amy. *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton: N.J., 1994.

THIEMEYER, Thomas. Kulturerbe als ‘Shared Heritage’? (I) Kolonialzeitliche Sammlungen und die Zukunft einer europäischen Idee, e Kulturerbe als ‘Shared Heritage’ (II) Anerkennungsfragen. *Merkur*, n. 829–830, p. 30–44, p. 85–92, jun./jul. 2018.

VERMEULEN, Han. *Before Boas: the genesis of ethnography and ethnology in the German Enlightenment*. Lincoln: Neb., 2015.

VON BOSE, Friedrich Von. *Das Humboldt-Forum: Eine Ethnographie seiner Planung*. Berlin: Kulturverlag Kadmos Berlin, 2016.

ZANTOP, Susanne. *Colonial fantasies: conquest, family, and nation in pré-colonial Germany, 1770–1870*. Durham: N.C., 1997.

ZIMMERER, Jürgen. Widerstand und Genozid: Der Krieg des Deutschen Reiches gegen die Herero (1904–1908). *Aus Politik und Zeitgeschichte*, v. 64, n. 27, p. 31, 2014.

ZIMMERER, Jürgen. Nationalsozialismus postkolonial: Plädoyer zur Globalisierung der deutschen Gewaltgeschichte. *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*, v. 57, n. 6, p. 529–48, 2009.

ZIMMERER, Jürgen. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 33, n. 3, 2007.

ZIMMERER, Jürgen. *Deutsche Herrschaft über Afrikaner: Staatlicher Machtanspruch und Wirklichkeit im kolonialen Namibia*. 3 ed. Münster: LIT, 2004.